

E-PROINFO E A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

E-PROINFO AND CONTINUING TRAINING FOR TEACHERS IN THE CONTEXT OF THE MUNICIPALITY OF PORTO VELHO

Cledenice Blackman 1
Gizele de Melo Viana 2

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal apresentar algumas características de Políticas Públicas voltada para o contexto educacional no âmbito do território brasileiro, mais especificamente, no município de Porto Velho, como objeto de análise o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Contudo, vamos conceituar alguns termos ligados ao PROINFO que são: formação continuada para professores da educação básica, destacando o principal objetivo do PROINFO, como o município de Porto Velho desenvolveu a referida Política Pública no contexto educacional através da utilização da rede E-PROINFO durante os anos de 2005/2012. Utilizamos a metodologia bibliográfica baseada em livros, periódicos, revistas especializadas e bases de dados, bem como em publicações oficiais, assim como, em âmbito nacional, local e fala oral de autoridades municipal registrada em evento regional. Portanto, foi possível constatar que a formação continuada aos professores do Município de Porto Velho não atendeu alguns requisitos dos princípios da Gestão Pública de Excelência, no que tange, a eficiência em relação ao quantitativo total de professores que participaram com êxito da formação do PROINFO que ocorreu de maneira lenta e contraditória. Na perspectiva da transparência foi utilizado meios de comunicação para divulgar o resultado do programa respeitando de certa maneira a publicidade e legalidade.

Palavras-chave: Formação Continuada. Professores. PROINFO. Porto Velho.

Abstract: This article has as main objective to present some characteristics of Public Policies focused on the educational context in the Brazilian territory, more specifically, in the city of Porto Velho, as object of analysis the Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO. However, we will conceptualize some terms related to PROINFO which are: continuing education for teachers of basic education, highlighting the main objective of PROINFO, as the municipality of Porto Velho developed this Public Policy in the educational context through the use of the E-PROINFO network during the years 2005/2012. We use the bibliographic methodology based on books, periodicals, specialized magazines and databases, as well as on official publications, as well as, at national, local and oral level by municipal authorities registered at a regional event. Therefore, it was possible to verify that the continuous training for teachers in the Municipality of Porto Velho did not meet some requirements of the principles of Public Management of Excellence, regarding the efficiency in relation to the total number of teachers who successfully participated in the PROINFO training that it occurred in a slow and contradictory way. In the perspective of transparency, media were used to publicize the program's results, respecting, in a certain way, publicity and legality.

Keywords: Continuing Education. Teachers. PROINFO. Porto Velho.

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Câmpus Marília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0546553939356313>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3326-4419>. E-mail: cledenice.blackman@ifro.edu.br | 1

Mestranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4329362357824259>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3926-4324>. E-mail: gizele.viana@ifro.edu.br | 2

Introdução

As tecnologias vêm ocupando um papel de destaque na sociedade moderna. Vivenciamos o advento da sociedade da informação ou do conhecimento. Essa sociedade constituída nas últimas décadas apresenta características próprias, com novas demandas sociais, a exigir da educação e dos seus profissionais ações coordenadas, compromisso profissional e ético, além de um elevado espírito de respeito às coisas públicas.

Vivemos na era Pós-industrial, um novo mundo, onde o trabalho físico é feito pelas máquinas e o mental, pelos computadores. Nela cabe ao homem uma tarefa para a qual é insubstituível: *ser criativo, ter idéias* [...] Para acompanhar este novo processo de desenvolvimento do mundo onde os serviços e a criatividade dão o tom, o capital físico, que era a variável-chave do crescimento econômico, perde lugar hoje para o capital humano, representado pelo conjunto de capacitações que as pessoas adquirem através da educação, de programas de treinamento e da própria experiência para desenvolver seu trabalho com competência, bem como pelo desenvolvimento de várias competências do ponto de vista profissional (LUCCI, 2008, p. 1, 4) [Grifo do Autor].

As novas mídias por sua vez, encontram-se inseridas no contexto escolar pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), pois atuam como importante ferramenta de trabalho para atender as necessidades da sociedade globalizada. Através de políticas públicas as diferentes esferas governamentais vêm utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas para a promoção da educação seja para formação de seus profissionais e dos alunos, seja na melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados.

Ante ao exposto, a temática proposta visa apresentar algumas características de Políticas Públicas voltadas à formação continuada para professores, enfatizando como essas tecnologias auxiliam na formação profissional continuada a partir do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), inserida na rede municipal de ensino básico de Porto Velho - RO.

Dessa maneira, enfocamos sobre a constituição do PROINFO no município de Porto Velho através do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM) informando algumas de suas principais competências, as metodologias e os mecanismos de formação utilizados pelo PROINFO e NTM que buscam a qualificação técnica-profissional continuada dos docentes para o desenvolvimento de ações pedagógicas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Contudo, tornou-se necessário conceituar alguns termos ligados ao PROINFO, que são: formação continuada para professores da educação básica, destacando o principal objetivo do PROINFO, assim, evidenciar como o município de Porto Velho desenvolveu no contexto educacional a Política Pública através da utilização da rede E-PROINFO.

Para realização deste artigo foi necessário fazer uma pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, revistas especializadas e bases de dados, bem como em publicações oficiais em âmbito nacional e local, assim como, utilizamos fala oral de autoridade municipal pertinente à temática abordada. Por tratar-se de um assunto abrangente foi indispensável elaborar de maneira breve uma contextualização sobre as políticas públicas em âmbito nacional, bem como, a formação continuada para docentes da educação básica.

Por tudo isso, destacamos a importância desse artigo no sentido de contribuir no estudo e registro histórico, educacional e social sobre as contribuições do PROINFO para o município de Porto Velho, como política pública que surgiu para o fortalecimento da educação em âmbito brasileiro.

Políticas Públicas no Contexto Educacional

As políticas públicas voltadas à educação, no Brasil, têm origem ainda no século XX, quando a alfabetização dos trabalhadores tornou uma questão de Estado, pois as novas indústrias necessitavam de mão de obra que fosse ao menos alfabetizada. Investimentos com programas

de alfabetização como o Mobral¹ até o atual Brasil Alfabetizado a educação e a escola passaram a ser pública, gratuita e primária onde ocorreram investimentos em material, transporte gratuito, incentivo em dinheiro às famílias, por manterem seus filhos na escola.

O passo seguinte foi investir em estratégias de combate a repetência, a evasão escolar, além dos programas de aceleração como o supletivo, posteriormente transformada em Educação de jovens e adultos (EJA). E mais recentemente, nos programas de ensino semipresencial e à distância pela televisão e pela internet, Educação a distância (EAD). Os investimentos no setor também evoluíram com o passar do tempo, em conjunto com as demandas existentes em todo o país. O financiamento tornou-se prioridade assegurada em lei, através da Constituição Federal.

A universalização do ensino básico no país é fruto dos avanços da educação pública, e esta passou a ser um direito da criança como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90.

Com o avanço no atendimento (quantitativo), o foco passa a ser a melhoria da qualidade do ensino, na melhoria da qualificação ou profissionalização dos docentes, na modernização de equipamentos tecnológicos nas escolas, no financiamento de computadores aos professores, da exigência de uma formação mais específica através da educação superior para docentes ingressarem na carreira ou mesmo, permanecerem nela.

Essa qualificação profissional, contudo, não se restringe apenas aos profissionais da educação, mas a população com menor poder aquisitivo que não conseguem vagas nas Universidades Públicas, sendo que para esta clientela, a alternativa se restringia ao custear a formação em faculdades privadas. Esta situação permaneceu até a criação do “Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior” voltado aos cidadãos com poder aquisitivo restrito ou vindos das escolas públicas, além da garantia de reserva de vaga para estudantes negros, deficientes físicos e dentre outros segmentos sociais vulneráveis, e egressos de escola pública (PROUNI, 2017, p. 1).

Formação Continuada para Professores

Há um consenso entre especialistas em educação e educadores de que a formação inicial³ dos professores no país apresenta disparidades entre as reais necessidades da sociedade e a atuação profissional, no que diz respeito, à preparação de crianças e jovens, e não contribui para que se desenvolvam como pessoas e que tenham sucesso na aprendizagem escolar.

Segundo Libâneo (2004, p. 227):

[...] a formação continuada pode possibilitar a reflexibilidade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas.

1 Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. O programa visava a alfabetização funcional de jovens e adultos sendo extinto em 1985, substituído pelo Projeto Educar. Disponível em: <www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>. Acesso 11 maio 2011.

2 Criado pelo Ministério da Educação em 2003, este programa é voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, sendo uma porta de acesso à cidadania e ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade. Desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view>. Acesso: 11 maio 2011.

3 Em nível superior é fundamental, uma vez que possibilita que à profissionalização se inicie após uma formação em nível médio, considerada básica e direito de todos. Entretanto, não se pode desconsiderar que uma formação em nível superior não é por si só, garantia de qualidade. E consenso que nenhuma formação inicial, mesmo em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável à criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os professores (REFERÊNCIAS, 1999, p. 17).

A formação continuada para o professor apresenta assim uma definição singular quanto à condição de uma aprendizagem que deve ser permanente e necessária tanto para o desenvolvimento pessoal como profissional de educadores e especialistas, pois é na escola que os professores enfrentam e resolvem problemas, criam estratégias de atuação e recriam metodologias de trabalho e desta forma promovem as mudanças pessoais e profissionais.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9394/96, no artigo sexto, incisos I e II, trata sobre a formação continuada apresentando critérios para a formação do educador, onde:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – A Associação entre teorias e práticas, inclusive a **capacitação** em serviço;

II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades [Grifo Nosso].

Fica evidente no fragmento acima de que a formação de docentes vai além da conclusão do ensino superior, exigindo inclusive, a busca por aperfeiçoamento e o envolvimento em outros aspectos relevantes, evidenciando assim, a necessidade de prolongar a formação inicial.

A formação continuada dos professores é uma das políticas nacionais implementadas pelo governo federal através do Ministério da Educação devido à necessidade e os desafios desde 2004. Com uma rede nacional cujo objetivo principal é contribuir para a melhoria da formação dos professores e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos, cujo público-alvo: são os professores da Educação Básica dos sistemas públicos de ensino, sejam da esfera estadual ou municipal. Através da lei nº. 11.502/2007 a responsabilidade pela Formação Continuada dos professores da Rede Básica a nível federal, é da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). Outras iniciativas desenvolvidas nas esferas Estaduais e Municipais também vêm contribuindo para a formação ou qualificação profissional, porém em sua grande maioria essas formações ocorrem em parceria ou em convênio com os órgãos federais sendo as principais áreas de atuação: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes, educação física e alfabetização digital. O Ministério da Educação (MEC) oferece suporte técnico e financeiro e tem o papel de coordenar o programa que é implantado por adesão em regime de colaboração pelos Estados e Municípios.

Programa Nacional de Informática na Educação

O Programa Nacional de Informática na Educação foi instituído através da Portaria nº. 522 de 15 de abril de 1997 pelo MEC, seu principal objetivo é promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Por intermédio deste programa, as escolas recebem computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. A contrapartida das unidades federativas que recebem esse programa, ou seja, é dever dos estados e municípios a garantia de uma estrutura física adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e das tecnologias. Tendo em vista, as:

[...] mudanças que à sociedade passou e vem passando nos últimos anos, à educação foi um das que mais sofreu com essas transformações. À anexação do computador da internet da vida dos alunos, trouxe uma avalanche de informações que as escolas e os professores muitas, não estão preparados para absorver. A adaptação das escolas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ainda é um desafio para alguns educadores, pois muitos não possuem domínio das ferramentas tecnológicas (OLIVEIRA; MOURA; SOUZA, 2015, p. 76).

Consequentemente, este programa foi desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e foi implementado pelo Departamento de Infraestrutura Tecnológica (DITEC/MEC), estabelecendo assim, parcerias com estados e municípios. Na sua essência, o programa funciona de forma descentralizada, ou seja, possui uma coordenação estadual e uma coordenação local (município) que tem como meta a utilização das tecnologias de informática e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular dentro da jurisdição específica, a criação do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) (estadual) ou Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM) (municipal) com “o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica” (PROINFO, 2020, p. 1).

Resultados e Discussões

PROINFO no Município de Porto Velho

No âmbito do município de Porto Velho, mais especificamente sob o mandato do Prefeito Roberto Eduardo Sobrinho (2005/2012) e de Maria de Fátima Ferreira de Oliveira, dirigente da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) (2009/2012), ocorreram muitas iniciativas estruturantes, por meio de políticas públicas no âmbito educacional.

A implantação destas políticas educacionais voltadas à formação continuada dos professores da educação básica coube à “Chefe de Divisão de Formação e Multimeios (Difom)”, responsável em gerenciar os programas de formação continuada destinados aos profissionais da educação pertencentes ao município de Porto de Velho, coordenada pela pedagoga Leiryvanda Andrade Lemos Melo (PREFEITURA, 2010, p. 1).

Dentre os programas existentes destacamos o Pró-Letramento e o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR), além do Programa Nacional de Informática da Educação, gerido por meio do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal, que se localizava na Biblioteca Municipal Francisco Meireles, centro da capital. Este órgão era formado por uma equipe de professoras formadoras pertencentes ao quadro estatutário do município de Porto Velho.

A equipe de professoras responsáveis por disseminar a inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como suporte pedagógico era instituída por 8 (oito) docentes formadas em diversas áreas do conhecimento como: História, Pedagogia, Matemática dentre outras. Tinham como atribuição principal “de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica”, neste caso específico a rede municipal de educação de Porto Velho (PROINFO, 2020, p. 1).

Diante dessa realidade, verificamos que o número de formadoras que constituía o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal era algo contraditório, tendo em vista, que a quantidade de professores que eram efetivos na Rede Municipal de Ensino, segundo o prefeito Roberto Sobrinho, era “um total de 2.700 (Dois Mil e Setecentos) professores, sendo que 145 (Cento e Quarenta e Cinco) professores só possuem o nível médio (informação verbal)”. Enfatizamos dessa maneira a contrariedade das formadoras atenderem de forma eficiente e eficaz a Formação de todos os professores que pertenciam ao quadro estatutário do município de Porto Velho, ferindo assim, um dos princípios da excelência que rege a Gestão Pública: “[...] só é válida se aplicada a ações e atividades que gerem ou contribuam para o bem comum” (LIMA, 2007, p. 57). As formações destinadas aos profissionais da educação pertencente à Rede Municipal de Porto Velho foram iniciadas durante o ano de 2008 sendo que até 2010 a equipe do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal assegurou a formação de “472 (quatrocentos e setenta e dois) dos profissionais em educação do município⁵”. Em virtude disso, foi realizado “no dia 4 de dezembro de 2010 no Centro de Formação dos Profissionais em Educação (CFPE), Teatro Banzeiros”, um ato simbólico de solenidade de encerramento e entrega de certificados aos cursistas⁶ que concluíram as etapas de formação do

4 Em 13 de abril de 2011 proferido por Roberto Eduardo Sobrinho que na época era o atual Prefeito do Município de Porto Velho na Cerimônia de Posse dos Gestores das Escolas Municipais. Ato simbólico realizado no Teatro Banzeiros em Porto Velho. Foi prefeito de Porto Velho durante dois mandatos (2005/2012).

5 NTM forma 472 profissionais da educação. Disponível em: <http://www.suasnoticias.com.br/materia.asp?idmt=8743&idnot=15>. Acesso em 1º maio 2011.

6 São os Profissionais em Educação que pertencem ao quadro estatutário da Secretaria Municipal de Educação/SEMED do Município de Porto Velho.

Programa Nacional de Informática na Educação (PREFEITURA, 2010, p. 2).

O Programa Nacional de Informática na Educação foi iniciado na gestão do prefeito Roberto Eduardo Sobrinho, contudo, o Núcleo de Tecnologia Municipal Educacional representa essa política de Formação Continuada através das formadoras que tinham como principal objetivo “Propiciar formação continuada aos professores para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) através das formações [...]”. (PREFEITURA, 2010, p. 2).

Fica evidente que no município de Porto Velho existia uma iniciativa de inserção de excelência no gerenciamento da prefeitura, pois, de acordo com a chefe da divisão de Formação e Multimeios “o programa faz parte da política implantada na gestão do prefeito Roberto Sobrinho, com o objetivo de melhorar cada vez mais o nível educacional dos estudantes da rede municipal” que promoveu uma descentralização política através da criação dos departamentos e divisões voltadas a promover uma melhor educação aos educandos das escolas públicas do município de Porto Velho e respeitando os princípios da publicidade e legalidade, pois de acordo com o preâmbulo legal da União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”, conforme consta no Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (SEMED, 2011, p. 1).

Formação Continuada Utilizando a Rede E-PROINFO

A Formação Continuada aos Profissionais em Educação⁷ do Município de Porto Velho foi uma marca positiva à maneira de governar do prefeito Roberto Eduardo Sobrinho. Podemos destacar uma ação de Formação Continuada voltada ao funcionalismo municipal que possui um “Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação. Este programa é intitulado Profucionário⁸”.

Contudo, ressaltamos que o nosso objeto de estudo é o Programa Nacional de Informática na Educação, mais especificamente a Formação Continuada para Professores utilizando a Rede e-Proinfo no âmbito do município de Porto Velho através da capacitação elaborada pelas professoras formadoras lotadas no Núcleo de Tecnologia Municipal. Assim, estas formadoras tinham como foco contribuir na formação, multiplicação, sensibilização da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação enquanto ferramenta pedagógica como meio de propiciar uma elevação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁹, assim como corroborar para a inclusão digital.

O curso de formação Proinfo foi classificado na modalidade semipresencial, pois geralmente ocorriam encontros presenciais quinzenais. A “Formação Continuada para professores tem um total de 180 horas, sendo divididas em três fases: 1) 40 horas Introdução¹⁰; 2) 100 horas¹¹ e a 3) É a terceira e última fase do e-Proinfo Integrado que enfatiza 40 horas em Elaboração de Projetos¹²” (PREFEITURA, 2010, p. 2). Esclarecemos que na primeira fase do e-Proinfo, ou seja, 40 horas Introdução era um curso básico de composição mais geral e dessa maneira aberto a todos que constituíam o quadro de Servidores da Educação, ou melhor, os Profissionais da Educação. Porém, o curso de 100 horas (Intermediário) e o 40 horas Elaboração de Projetos tinha como clientela

7 Profissionais que atuam na Educação sejam em atividades vinculadas a prática docente, suporte pedagógico, administrativo, merenda, limpeza, segurança [...] são considerados Profissionais da Educação através da Lei 12.014/09. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/trabalhadores-de-escolas-sao-reconhecidos-como-profissionais-da-educacao/>. Acesso em 1º maio 2011.

8 Implementado desde 2005 através da Secretaria de Educação Básica - MEC. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/trabalhadores-de-escolas-sao-reconhecidos-como-profissionais-da-educacao/>. Acesso em 1º maio 2011.

9 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é a “nota” do ensino básico no país. Numa escala que vai de 0 a 10, o MEC (Ministério da Educação) fixou a média 6, como objetivo para o país a ser alcançado até 2021. Criado em 2007, o Ideb serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro, como baliza para as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC. Se uma rede municipal, por exemplo, obtiver uma nota muito ruim, ela terá prioridade de recursos. Entenda o que é o IDEB. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/07/01/entenda-o-que-e-o-ideb.jhtm>. Acesso em 1º maio de 2011.

10 Nesta fase era constituída por informações básicas sobre Educação Digital (fase inicial).

11 É a segunda fase do curso que vai focar a aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação enquanto ferramenta pedagógica.

12 O objetivo desta fase era desenvolver e utilizar em sala de aula, juntamente com os alunos, práticas pedagógicas a partir da inserção das tecnologias como recurso pedagógico.

específica os Profissionais da Educação que trabalham diretamente como os alunos, ou seja, os professores, supervisores e orientadores educacionais, assim como, os gestores das Escolas Municipais (PROGRAMA, 2011, p. 1).

Outro ponto a destacar é que o “Programa Nacional de Informática tem um Sistema Operacional” específico para os computadores que fazem parte do referido programa: Linux Educacional 3.0. Naquele momento mencionamos que estava em processo de teste o Linux Educacional 4.0 com mais aplicativos educacionais voltados para a melhoria da aprendizagem (ORIENTAÇÕES, 2009, p. 6).

Para a realização dos cursos do Programa de Informática na Educação utilizávamos a rede e-Proinfo (Ambiente Colaborativo de Aprendizagem) que era uma plataforma virtual onde existiam alguns recursos digitais de suma importância para o desenvolvimento da formação dos Profissionais em Educação.

Contávamos com recursos auxiliares de aprendizagem: os fóruns, diário de bordo, repositório de bibliografias complementares (estilo biblioteca digital), produção textual e outros suportes que contribuíam na formação de professores da Rede Pública do Município de Porto Velho.

Por tudo isso, enfatizamos a importância do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal, enquanto uma instituição que capacitou, promoveu, sensibilizou e coordenou programas em benefício dos Profissionais da Educação do Município de Porto Velho inserindo as Tecnologias da Informação e Comunicação na educação.

Considerações Finais

Este artigo foi fundamentado em pesquisa bibliográfica com base nas seguintes fontes: livros, legislação, publicações de características nacionais e regionais sobre a temática acima citada.

Contudo, foi necessário apresentar a conceituação de alguns termos inerentes à pesquisa como exemplo Políticas Públicas, onde apreendemos que desde o início do século XX foram disseminados na sociedade brasileira vários tipos de Políticas voltadas ao contexto educacional.

A formação continuada para professores tornou-se referência nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394-96). Tornando ação de políticas públicas executadas pelos governos: Federal, Estadual e Municipal. Tendo em vista, que a “União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

Contudo, a lei nº. 11.502/2007 vem nivelar e reforçar a responsabilidade pela Formação Continuada dos professores da rede básica a nível federal que foi transferida a responsabilidade para Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior.

O Programa Nacional de Informática na Educação foi criado pela Portaria nº. 522 de 15 de abril de 1997 pelo Ministério da Educação. Sendo o objetivo principal promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, mas em Porto Velho a formação continuada iniciou com as Tecnologias da Informação e Comunicação em 2008 através da criação do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal sob a jurisdição do referido município, ou seja, quase dez anos após a constituição do Proinfo.

É evidente que a formação continuada voltada aos profissionais da educação do município de Porto Velho não atendeu a alguns itens dos princípios da Gestão Pública de excelência, conforme o preconizado pelo movimento denominado Gesública, como demonstramos no texto exposto, pois a eficiência nas formações em relação à quantidade de profissionais em educação vem sendo algo progressivo, porém ineficiente, como ação governamental, visto que o número de “um total de 2.700 (Dois Mil e Setecentos) professores (Informação Verbal)¹³”, tinha assegurada a formação continuada de 472 (Quatrocentos e Setenta e Dois) profissionais em Educação no Município de Porto Velho, ou seja, pouco mais de 17%.

Diante disso, verificamos que o município de Porto Velho, na gestão do prefeito Roberto Sobrinho, buscou viabilizar mesmo que de forma lenta e contraditória a transparência utilizando-

¹³ Em 13 de abril de 2011 proferido na Cerimônia de Posse dos Gestores das Escolas Municipais por Roberto Eduardo Sobrinho Prefeito do Município de Porto Velho. Ato simbólico realizado no Teatro Banzeiros em Porto Velho.

se de meios para divulgar os programas o qual a prefeitura em regime de colaboração, ou seja, respeitando de certa maneira os princípios da publicidade e legalidade.

Referências

BRASIL. **Ministério da Educação. Sistema Brasil Alfabetizado.** Portal MEC. Base de Dados. Disponível em: <<http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br/>>. Acesso em 11 maio 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 1º de maio 2011.

ENTENDA o que é o IDEB. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/07/01/entenda-o-que-e-o-ideb.jhtm>>. Acesso em 1º de maio 2011.

E-PROINFO. Disponível em: <<http://e-proinfo.mec.gov.br/>>. Acesso em 1º maio 2011.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação (Diálogos).** Volume II. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. Disponível em: <www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=10197&chapterid=9>. Acesso: 8 maio 2011.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública:** a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LUCCI, Elian Alabi. **A Era Pós-Industrial, a Sociedade do Conhecimento e a Educação para o Pensar.** Publicado em 2008. São Paulo: Mandruvá. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm>>. Acesso em 31 de jan. de 2020.

MOBRAL. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira.** Disponível em: <www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>. Acesso: 11 maio 2011.

NTM **forma 472 profissionais da educação.** Disponível em: <www.suasnoticias.com.br/materia.asp?idmt=8743&idnot=15>. Acesso: 1º maio 2011.

NÚCLEO **Tecnologia Educacional SEMED Porto Velho.** Disponível em: <<http://ntesemedpvh.blogspot.com/>>. Acesso em 24 abr. 2011.

OLIVEIRA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. **TIC'S na Educação: A Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Aprendizagem do Aluno.** Publicado em 2015. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view>. Acesso em 30 de jan. de 2020.

O que é o PROUNI. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em 10 set. 2017.

ORIENTAÇÕES ao Programa Proinfo Integrado/MEC. Governo do Paraná. 2009.

PORTO Velho. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Velho>. Acesso em 24 abr. 2011.

PREFEITURA do Município de Porto Velho. Folder de Solenidade de Encerramento do e-Proinfo. Porto Velho. 2010.

PROGRAMA **Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional - ProInfo Integrado.** Disponível em: <www.sed.sc.gov.br/educadores/proinfo>. Acesso em 10 maio 2011.

PROINFO Programa Nacional de Informática na Educação. **Sobre o PROINFO**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfo>>. Acesso em 31 de jan. de 2020.

REFERÊNCIAS **para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. A secretaria, 1999. Disponível em: <<https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/referencias-formacao-professores.pdf>>. Acesso em 30 de jan. 2019.

SEMED **inicia mais uma etapa do programa de formação de professores**. Publicado em 15 de fev. de 2011. Disponível em: <<http://rondoniadigital.com/municipios/porto-velho/sem-med-inicia-mais-uma-etapa-do-programa-de-formacao-de-professores/>>. Acesso em 24 abr. 2011.

SOBRINHO, Roberto Eduardo. **Posse dos gestores e vice-gestores das escolas municipais**. Porto Velho, 13 de abr. de 2011. Informação verbal concedida a todos os profissionais da educação do município de Porto Velho presentes no ato simbólico de posse no Teatro Banzeiros.

TRABALHADORES **de escolas são reconhecidos como profissionais da Educação**. Disponível em: <www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/trabalhadores-de-escolas-sao-reconhecidos-como-profissionais-da-educacao/>. Acesso em 1º maio 2011.

Recebido em 20 de abril de 2019.
Aceito em 20 de janeiro de 2020.